

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	V
APRESENTAÇÃO .....	VII
ÍNDICE DE TABELAS E ESQUEMAS .....	XVII
INTRODUÇÃO. DIREITO CIVIL, CONSTITUIÇÃO E DIREITO DOS DANOS.....	1
<b>CAPÍTULO 1. DANOS PESSOAIS E DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL.....</b>	<b>7</b>
1.1. Relevância, justificativa e o Direito Civil Constitucional .....	7
1.2. Problemática da reparação do dano pessoal .....	22
<b>CAPÍTULO 2. DA PESSOA HUMANA E DE SUA DIGNIDADE.....</b>	<b>31</b>
2.1. Da proteção da pessoa humana com fundamento em sua dignidade .....	31
2.2. Direitos da personalidade ou direitos fundamentais? .....	37
2.3. Cláusula geral de proteção da dignidade humana .....	46
2.4. Do direito fundamental de reparação dos danos patrimoniais e extrapatrimoniais.....	51
2.5. Proteção dos elementos da pessoa humana .....	54

<b>CAPÍTULO 3. REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS À PESSOA HUMANA</b> .....	57
3.1. Dos danos à pessoa (ou corporais) e dos danos atípicos (ou não corporais) .....	57
3.1.1. Dos danos patrimoniais à pessoa .....	69
3.1.1.1. Da incapacidade laborativa .....	70
3.1.1.1.1. Valor da pensão.....	85
3.1.1.1.2. Termo inicial e final do pensionamento .....	87
3.1.1.1.3. FGTS, 13º salário e gratificação de férias, acrescidas de 1/3 .....	91
3.1.1.1.4. Desconto do valor recebido de órgão previdenciário .....	93
3.1.1.2. Dos gastos com tratamento médico.....	96
3.1.1.3. Da reparação dos gastos extraordinários com origem no evento danoso.....	97
3.1.1.4. Dos danos patrimoniais no caso de dano morte....	99
3.1.1.4.1. Gastos com tratamento, luto, funeral e sepultura.....	99
3.1.1.4.2. Pensionamento para os dependentes do ofendido.....	102
3.1.1.4.2.1. Termo final do pensionamento aos dependentes .....	103
3.1.1.5. Legitimidade ativa à reparação dos danos patrimoniais .....	108
3.1.2. Dos danos à pessoa extrapatrimoniais.....	109
3.1.2.1. Dano estético.....	110
3.1.2.1.1. Legitimidade ativa à reparação de dano estético .....	112
3.1.2.2. Dano moral .....	113
3.1.2.2.1. Legitimidade ativa à reparação dos danos morais.....	113
3.1.2.2.1.1. Legitimidade por dano à integridade física .....	117
3.1.2.2.1.2. Legitimidade no caso de ofensa à integridade física de terceiro .....	120
3.1.2.2.1.3. Legitimidade no caso de morte.....	127
3.1.2.2.2. Da prova do dano moral.....	136

3.1.2.3. A questão do dano à integridade psíquica (dano psíquico): dano psíquico e dano material .....	141
3.1.2.4. Dote .....	144

## **CAPÍTULO 4. DANO MORAL E DANO ESTÉTICO..... 151**

4.1. Evolução da reparação do dano moral e do dano estético no direito brasileiro e a Constituição de 1988 .....	151
4.2. Dano estético: terminologia e evolução de seu conceito.....	155
4.3. Dano estético e sua independência do dano moral: respostas aos opositores da autonomia e cumulação .....	165
4.4. Requisitos do dano estético.....	182
4.5. Avaliação do dano estético.....	186
4.6. Inexistência de limite de valor no arbitramento do dano estético .....	189
4.6.1. Grau de avaliação do dano estético.....	192
4.6.2. Grau de culpa das partes.....	192
4.6.3. Posição cultural e sócio-econômica das partes.....	193
4.6.4. Reincidência do ofensor.....	200
4.6.5. Punição e exemplariedade .....	203
4.6.6. Independência do valor arbitrado a título de dano moral .....	204
4.7. Reparação dos danos à integridade física e modelo binário moral-estético .....	210

## **CAPÍTULO 5. DA REPARAÇÃO DO DANO ESTÉTICO COM AMPARO NO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE..... 225**

5.1. Da aplicação dos direitos fundamentais entre particulares.....	226
5.2. Do direito fundamental à saúde.....	237
5.3. Do direito fundamental à saúde e sua aplicação entre particulares: da cumulação dos danos moral e estético com fundamento no direito à saúde.....	240

## **CAPÍTULO 6. DA CUMULAÇÃO DOS DANOS MORAL E ESTÉTICO..... 249**

6.1. Reparação civil dos danos morais e estéticos no direito estrangeiro .....	249
---	-----

6.2. Da cumulação no direito positivo brasileiro .....	253
6.2.1. Decreto Legislativo nº 2.681/12.....	255
6.2.2. Código Civil de 1916.....	259
6.2.3. Constituição de 1988 (direito à imagem).....	264
6.2.4. Constituição de 1988 (direito à saúde) .....	266
6.2.5. Da reparação do dano estético no CDC .....	269
6.3. Da cumulação conceitual: jurisprudência brasileira e sua contribuição.....	279
6.4. Da cumulação na doutrina brasileira .....	289
6.5. Da Responsabilidade Civil e da Cumulação no Novo Código Civil .....	298
6.5.1. Da Responsabilidade Civil no Novo Código Civil.....	299
6.5.1.1. Reparação contra ofensa aos direitos da personalidade .....	300
6.5.1.2. Reparação dos danos morais causados à pessoa jurídica .....	305
6.5.1.3. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva .....	315
6.5.1.4. Responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito público e concessionárias de serviço público .....	316
6.5.1.5. Responsabilidade pelo risco da atividade e circulação de veículos.....	320
6.5.1.6. Responsabilidade por acidentes de trabalho .....	322
6.5.1.7. Reparação dos danos extrapatrimoniais e da cumulação dos danos moral e estético .....	327
6.5.1.8. Da prescrição da reparação civil .....	331
6.6. Conclusão do Capítulo: da cumulação com fundamento no direito à saúde e a jurisprudência do STJ .....	331
<b>CONCLUSÃO</b> .....	339
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	349